

MATTOS, Sérgio. 50 ANOS DEPOIS DO GOLPE DE 1964 A IMPRENSA CONTINUA SOB CENSURA . In: LINS Alene, MATOS Marcos Olegário (Orgs.). **Um Recôncavo de Possibilidades**. Cruz das Almas - BA: EDUFRB, 2016, pp. 181-196.

## **50 ANOS DEPOIS DO GOLPE DE 1964 A IMPRENSA CONTINUA SOB CENSURA<sup>1</sup>**

Sérgio Mattos

Considerando o tema “Mídia, memória e verdade 50 anos depois do Golpe”, o objetivo deste trabalho é o de identificar o quanto a grande mídia impressa brasileira foi conivente com o Golpe, como se beneficiou do regime e como a censura exercida na época acabou se transformando numa prática, hoje, muito mais danosa do que durante o período de exceção, tendo em vista que não se trata somente da censura policial, pois a censura praticada após o regime militar, passou a ter um caráter muito mais sutil, perpassando por todos os segmentos de atividades, seja ela de caráter acadêmico, cultural, econômico, policial, político e social. “A censura é a ferramenta usada para defender os interesses políticos e econômicos do momento. A censura sempre foi usada para isso, para manter o *status quo*, dos interesses políticos e interesses econômicos” (MATTOS, 2011).

Este trabalho está dividido em quatro partes: 1) A Mídia e o Golpe; 2) Breve História da Censura no Brasil; 3) A Censura após a Constituição de 1988; e, 4) Mecanismo de Controle e Censura. Faz-se necessário esclarecer que entendemos que censura é censura em qualquer parte do mundo, não havendo diferenças no conceito do ato de censurar.

O que muda de um país para o outro é a aplicação dos instrumentos de controle. O ato de censurar é tão antigo quanto à divulgação de ideias. O controle dos meios de difusão de ideias sempre existiu e a história registra, ao longo dos séculos, sob a tutela de regimes totalitários ou democráticos, como os governantes têm tentado sufocar, por meio da censura, o esforço da comunicação. Até os rascunhos da Constituição norte-americana, escritos por Thomas Jefferson, sofreram cortes. No Brasil, a censura foi um legado da colonização e desde então temos vividos períodos de censura e alguns poucos momentos de liberdade plena (MATTOS, 2012, p.101).

### **A MÍDIA E O GOLPE**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado durante o 2º Encontro Centro Oeste de Pesquisadores de História da Mídia, que teve como tema central “Mídia, memória e verdade 50 anos depois do Golpe”. O evento foi realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2014, na Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá.

Muito se tem escrito e debatido nos últimos anos sobre as relações da mídia e o golpe de 1964. O pesquisador Juremir Machado da Silva, por exemplo, lançou um livro neste ano de 2014, no qual afirma que o golpe não foi militar, nem tão pouco civil-militar. Ele afirma já no título do livro que o Golpe de 1964 foi midiático-civil-militar, pois os grandes jornais e muitos jornalistas apoiaram o golpe e a ditadura. Para Juremir, a mídia, de maneira ardilosa, está reescrevendo a história, procurando ressaltar que durante os anos de chumbo os veículos exerceram um papel heróico de resistência.

Por sua vez, o jornalista Audálio Dantas afirma que a participação da mídia foi decisiva para o golpe de 1964 e para a implantação da ditadura que controlou o país por 21 anos:

Pode-se afirmar, sem temor de erro, que um único jornal, *Última Hora*, não aderiu ao golpe. No dia 2 de abril, acuado depois de depredada sua redação, o jornal vivia uma situação inversa à de 24 de agosto de 1954, quando o povo enfurecido atacou as redações de veículos que pregavam a queda de Getúlio, entre os quais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, a edição daquele dia, com cerca de 400 mil exemplares, trazia em manchete a notícia do suicídio de Getúlio Vargas.

Os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo vinham, simultaneamente à conspiração que avançava nos quartéis, ampliando a cada dia o espaço para respaldo ao movimento. Alguns desses veículos, como no caso de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, além do notório *Tribuna da Imprensa*, participavam ativamente da conspiração. Alguns dirigentes de grandes empresas jornalísticas faziam questão de alardear a sua condição de conspiradores. Em entrevista que me concedeu em 2005, o jornalista Ruy Mesquita, diretor do Grupo Estado, afirmou, ao ser perguntado sobre o apoio dado por seus jornais ao golpe: "Não só apoiamos, como conspiramos". [...] A mídia tornava-se poderoso instrumento ideológico na preparação e, mais tarde, no respaldo ao regime militar. Sua contribuição para a desestabilização do governo Goulart, que além de ser acusado de inepto era apontado como agente da infiltração comunista no Brasil, foi fundamental. Mesmo jornais de longa tradição liberal, como o *Correio da Manhã*, estiveram na linha de frente do processo de desestabilização do governo. Ficaram famosos dois editoriais publicados por esse jornal nos dias 31 de março e 1º de abril, na agonia e na queda do governo Goulart. Os títulos – "Basta!" e "Fora!" – falavam por si. Clamavam pela deposição do presidente (DANTAS, 2014).

Quem também mostra que, em vez de resistência, houve colaboracionismo por parte da mídia durante a ditadura é a professora e historiadora Beatriz Kushnir. Em tese de doutoramento publicada como livro (KUSHNIR, 2012) ela destrinchou a ação dos censores nas redações, pondo por terra a possível resistência da grande mídia, afirmando que se houve resistência ela foi exercida pela mídia alternativa. Aliás, sobre o tema, a revista Carta Capital publicou reportagem com ela, da qual reproduzo um trecho:

‘uma coisa é resistir ou não, outra coisa é não colaborar. Não colaborar é não entregar um jornal na mão de uma equipe de policiais para esconder as mortes decorrentes de tortura’, contesta Kushnir sobre as versões publicadas dos assassinatos dos militantes. Uma dinâmica, ela ressalta, que de certa forma ainda ressoa nos grandes veículos. ‘Isso ficou muito claro durante os protestos de junho [2013]. As pessoas que queriam saber o que estava acontecendo liam muito mais os jornais online e blogs porque a grande imprensa tecia outras cores’, afirma (GOMBATA, 2014).

No início, em 1964, a imprensa saudou o golpe como a salvação da democracia, pois como diz Emir Sader:

A imprensa foi um instrumento ideológico na preparação do golpe e da instalação das ditaduras militares. No Brasil, convocava as Marchas com a família, com Deus, pela Liberdade, distorcia as políticas do governo, pregava abertamente o golpe militar nos seus editoriais, apelava ao fantasma do ‘comunismo’, servindo os ideais da Doutrina de Segurança Nacional na guerra fria. [...] A imprensa foi o porta voz dos projetos de ruptura da democracia e de apelo aos militares para que intervissem. Ela saudou o golpe como a salvação da democracia, se pronunciou abertamente a favor da instauração da ditadura e apoiou a repressão como se fizesse parte desse esquema de salvação. Sem a imprensa, não teria sido criado o clima de desestabilização que tornou realidade o golpe e a ditadura militar (SADER, 2014).

Complementando esse cenário, o jornalista e escritor Audálio Dantas acrescenta:

os aplausos da mídia ao golpe não impediram que, uma vez instalados no poder, os militares desfechassem uma furiosa ofensiva contra participantes do governo deposto e cidadãos acusados de atividades esquerdistas. Jornalistas, professores, intelectuais, cidadãos suspeitos de subversão foram presos e torturados; vários tiveram seus direitos políticos cassados. Rapidamente o golpe que fora saudado como uma revolução revelava a sua verdadeira face.

Pouco mais de uma semana depois do golpe, os militares formaram o que chamaram de Comando Supremo da Revolução. No dia 9 de abril editavam o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que tudo podia, acima do Congresso Nacional e do Judiciário. Armados do AI-1, os militares podiam alterar a Constituição, cassar mandatos, suspender direitos políticos, decretar o Estado de sítio.

A mídia noticiava as medidas de arbítrio e silenciava sobre as ameaças que pesavam sobre o país e ela própria. Mas havia exceções. O *Correio da Manhã*, que investira furiosamente contra o governo Goulart, pregando a sua derrubada, assumiu corajosamente o seu papel de informar e de criticar a violência dos golpistas. [...] O *Correio* sustentou sua posição o quanto pôde, mas pagaria caro por isso. Resistiu bravamente, a despeito do boicote publicitário que sofreu. (DANTAS, 2014).

Em sua dissertação de mestrado, Eduardo Zayat Chammas (2012), fez um estudo sobre os comprometimentos de dois grandes jornais brasileiros da época, por meio da análise dos editoriais do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil*, publicados entre 1964 e 1968 até o Ato Institucional nº 5. A análise de Chammas permitiu-lhe compreender a relação desses veículos com os militares, além de reconstruir suas respectivas trajetórias ambíguas e contraditórias.

Segundo Chammass, estes dois jornais eram contra mudanças tanto na estrutura social quanto na estrutura de poder, explicando que “só era legítimo o poder que vinha das instituições formais da democracia liberal, como o poder legislativo ou a própria imprensa, considerada o porta-voz da opinião pública. Os movimentos das ruas não tinham voz para esses jornais”. Observe-se que nenhum dos dois maiores jornais do país na época registraram qualquer crítica mais séria aos quatro primeiros Atos Institucionais que eram contra as liberdades individuais e de expressão (CHAMMAS, 2012; ORTEGA, 2012).

### **BREVE HISTÓRIA DA CENSURA NO BRASIL**

Historicamente, no Brasil, a censura foi um legado da colonização. Já em 1547, o cardeal dom Henrique baixava o *índex* português que proibia, entre outros, os sete autos de Gil Vicente. Data de 1706 a adoção de uma política sistemática do governo português para restringir a liberdade de imprensa no Brasil, começando pelo confisco de uma tipografia que funcionava em Recife. Alguns anos depois, em 1746, Antonio Isidoro da Fonseca inaugurou no Rio de Janeiro uma tipografia que foi fechada no ano seguinte pela Carta Régia de 10 de maio que proibia a impressão de livros ou de papéis avulsos na colônia. Uma das mais graves conseqüências dessa censura, que tinha o objetivo de manter incontestado o absolutismo dos reis portugueses, foi a total inexistência de órgãos de imprensa no Brasil colônia. Só com a chegada de dom João foi iniciada a imprensa, mas, mesmo assim, oficial: a Imprensa Régia, e com ela o primeiro ato oficial sobre a censura no Brasil.

Ao estabelecê-la, em 27 de setembro de 1808, dom João nomeou também os primeiros censores régios com o objetivo de impedir qualquer publicação contra a religião, o governo e os bons costumes. A partir de 14 de outubro de 1808 a alfândega também já não permitia a entrada de livros sem autorização do Desembargo do Paço. A censura era tão violenta que o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, do dia 10 de setembro de 1808, praticamente só divulgou notícias da Europa. No mesmo ano, o jornalista Hipólito da Costa fundou e dirigiu, de Londres, onde era impresso para fugir da censura, o *Correio Brasiliense* (MATTOS, 1996, 2005, 2007, 2008).

Desde o seu início a imprensa brasileira sempre teve duas opções: fazer o jogo dos poderosos e prosperar sob a proteção dos governos autoritários ou se expor, quando independente, e tentar sobreviver a todos os perigos e ameaças. Foi assim no período colonial, durante o império e na republica. Todos os períodos governamentais da

história brasileira têm sido marcados por atentados contra a liberdade de expressão e tentativas de se controlar a distribuição da informação e influenciar na produção dos conteúdos. Durante o Estado Novo (1937-1945) como no regime militar, de 1964 a 1985, o controle da informação foi exercido com força e muitos políticos, intelectuais e jornalistas foram presos e jornais empastelados (MATTOS, 2012, p. 105).

Em síntese, podemos dizer que

desde o golpe militar de 1964, tanto os governos militares como os governos civis que lhe seguiram a partir de 1985, continuam ajudando os veículos que adotam uma posição amigável, com as mesmas estratégias utilizadas anteriormente (MATTOS, 2013, p.99).

O exercício da censura no período pós-1964 se caracterizou como um dos mais fortes elementos de controle do Estado sobre os veículos de comunicação de massa. Entre dezembro de 1968 e junho de 1978 os meios de comunicação de massa estiveram sob censura. Durante este período vários escritores e artistas foram enquadrados de acordo com os termos da Lei de Segurança Nacional. No período do regime militar foram proibidos no país mais de 500 livros, de autores brasileiros e estrangeiros. Durante o governo Médici (1969-1974) inúmeras pressões foram exercidas sobre as emissoras de televisão mediante punições com multas e até suspensão de alguns programas, como medida corretiva. Isso visava diminuir o que, oficialmente, foi justificado como uma “linha de agressão à sensibilidade e de grosseria”. A censura, nesse período, era efetuada mediante lacônicos e secos bilhetes dirigidos às redações dos veículos de comunicação ou por meio de telefonemas dirigidos aos editores (MATTOS, 2005).

### **A CENSURA APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988**

A Constituição de 1988 assegura em seu artigo 5º, inciso XIV, o acesso à informação, resguardando-se o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional, entre outros dispositivos que também tratam da atividade da imprensa. Com relação à censura, a Carta de 1988 apresenta texto específico sobre comunicação social (capítulo V), em seu artigo 220, no qual afirma que a manifestação do pensamento não sofrerá nenhuma restrição e, nos parágrafos 1º e 2º, veda totalmente a censura, impedindo até mesmo a existência de dispositivos legal “que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social”.

Enquanto a Constituição garante que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação”. O Código Civil, no artigo 20, diz que “salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização de imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais”.

Além de todas estas particularidades, deve-se destacar uma outra, tão danosa quanto a censura policial ou judicial, que é a concentração da mídia nas mãos de uns poucos grupos. Em prefácio ao livro *Liberdade de Expressão vs. Liberdade de Imprensa – Direito à comunicação e democracia*, de Vinício A. de Lima, Fábio Konder Comparado apresenta alguns dados sobre a concentração da mídia:

É preciso lembrar que a globalização capitalista do final do século passado engendrou uma enorme concentração do controle privado das empresas de comunicação de massa. Nos Estados Unidos havia, em 1983, cinquenta empresas dominantes no mercado de imprensa, rádio e televisão; hoje, há apenas cinco [cf. Bem H. Bagdikian, op.cit., pág. 16] Atualmente no Brasil, apenas quatro mega empresas dominam o setor de televisão: a Globo controla 342 veículos; a SBT, 195; a Bandeirantes, 166; a Record, 142; sendo que cada uma dessas “redes” representa um segmento de um grupo, que explora também o rádio, jornais e revistas (In LIMA, 2010).

Esta concentração de propriedade tem crescido mais ainda diante da convergência tecnológica, favorecendo aos conglomerados exercerem o poder de seleção, para não dizermos de censura, sobre o que deve ou não ser divulgado. A mídia tem denunciado ameaças à liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que defende conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa, que numa análise mais apurada, podemos constatar que o que estão defendendo mesmo é a liberdade de empresa. Como diz Vinício A. de Lima, a liberdade de expressão comercial

apropriou-se, sem mais, da idéia de liberdade de expressão como se a mídia, anunciantes e agências de publicidade fossem os legítimos representantes do direito individual e coletivo contra a “censura” e a “sanha regulatória” exercida pelo Estado (LIMA, 2010).

Apesar de a censura oficial, formal e regimental ter acabado com a promulgação da Constituição de 1988, continuam a existir variadas e novas formas de controle que visam o

controle do fluxo da informação e ou do seu conteúdo por meio da manipulação sutil da informação, quando a imprensa perde a capacidade de estabelecer diferenças e passa a trabalhar os fatos baseando-se em generalizações; por meio do constrangimento, da omissão (autocensura) e da indiferença. Atualmente, um dos principais problemas de censura enfrentados pela imprensa brasileira refere-se às decisões e interpretações da Justiça.

A censura pode mudar de intensidade e o uso de certos instrumentos, mas continua sendo igual em qualquer local. Podemos afirmar que as pressões políticas e econômicas, em conjunto com a censura, exerceram, e continuam exercendo, grande influência no desenvolvimento da mídia, inclusive na Internet. O que não podemos perder é a noção de que a censura também pode ser motivada indiretamente. Ela pode induzir a autocensura, estimulando um sentimento de compromisso político, por exemplo, que gera o medo de contar a verdade.

A censura é um instrumento por meio do qual se pode manipular a realidade. Além de todas as formas de censura conhecidas estamos testemunhando o surgimento de uma nova forma de censura, de aspecto hipócrita, que, sem contar com a repressão policial do regime de exceção, envolve todos os tipos de pressões e constrangimentos possíveis, além de condenações e prisões de jornalistas em todo o mundo. As formas de censura e pressão são tantas que se torna quase impossível enumerá-las. Assim sendo, entendemos que a censura praticada aqui não é diferente da praticada nos Estados Unidos nem de qualquer outro país do mundo.

Numa entrevista que concedi à revista Rumores eu afirmei que

a censura nunca foi defendida por ninguém de sã consciência, pois ela só interessa àqueles que carregam o espírito arrogante dos ditadores. A censura é um instrumento por meio do qual se pode manipular a realidade e, exatamente por isso, ela deve ser execrada. [...] Após o regime militar a palavra censura ficou tão em voga, foi tão usada para tudo, que todo mundo afirmava que isso “é censura”, aquilo “tudo é censura”. A própria imprensa tem banalizado o uso da palavra censura. A população, por sua vez, acha que a lei ou o órgão que deve corrigir os abusos, é a censura. É tudo uma questão de educação, de formação ou de falta de informação. Sendo assim, não podemos dizer que as pessoas estão clamando efetivamente por censura, pois na verdade o que elas querem mesmo é que as autoridades tomem providências contra os abusos da mídia (MATTOS,2011).

## **MECANISMOS DE CONTROLE E CENSURA**

Entre os principais mecanismos de controle da informação e da cultura destacam-se: legislação, ações judiciais, ameaças oficiais, pressões políticas e econômicas, subsídios e

patrocínios direcionados para produção de conteúdos privilegiados, bem como a censura policial e judicial.

A influência e o controle do Estado sobre a indústria cultural brasileira tem sido crescente devido à dependência desse setor nos subsídios e isenções oficiais. Os veículos têm recebido ajuda oficial para importação de materiais necessários à impressão de jornais e revistas, subsídios especiais para aquisição de equipamentos, tarifas postais, isenção de impostos e empréstimos obtidos dos bancos oficiais com taxas de juros abaixo dos praticados no mercado, além de prazos especiais. Essa dependência tem levado a mídia a adotar uma posição de sustentação às medidas governamentais (MATTOS, 2005, 2012).

O controle da informação e da cultura é um instrumento por meio do qual se pode manipular a realidade. Sendo assim, o comprometimento político e econômico pode levar também um veículo, ou profissional, a adotar certas práticas de manipulação da informação para tirar proveitos escusos delas.

O sociólogo e jornalista Perseu Abramo analisou as distorções que a mídia pode promover na realidade (apresentando o irreal como se fosse real) por meio da manipulação das informações. Segundo ele, a manipulação ou distorção da realidade filtrada pelos veículos de comunicação pode ser detectada na cadeia de produção e transmissão da informação em pelo menos quatro itens: 1) ocultação ou omissão da informação; 2) pela fragmentação da realidade, quando os fatos são relatados fora de seu contexto histórico; 3) pela inversão dos valores dos aspectos da realidade selecionados, transmitindo-se opinião em lugar de informação; e 4)- pela indução, quando se tenta impingir ao público uma significação diferente do contexto real (MATTOS, 2005; 2012).

No Brasil, as hostilidades contra jornalistas continuam acontecendo, com a demissão de profissionais que tenham tratado ou divulgado assuntos que não agradaram às autoridades ou a grupos econômicos. Jornalistas e veículos continuam sofrendo pressões e atos de censura, mas a grande imprensa mantém um silêncio de cumplicidade com os atos de censura e de truculência praticados contra jornalistas e que ocorrem em todo o território nacional.

Pode-se dizer, portanto, que os velhos e brutais métodos de perseguição, intimidação, multas pecuniárias e prisões, baseadas em leis draconianas e imorais, ainda são praticados em todo o mundo para eliminar aqueles que importunam ou pensam de modo diferente. O fechar as portas de acesso aos financiamentos públicos para órgãos de imprensa, para artistas e

escritores que assumem postura crítica e diferenciada da oficial, é um meio de censura muita em voga.

Para concluir, podemos dizer que apesar da Constituição de 1988 assegurar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, o jornalismo brasileiro continua sem poder comemorar ou declarar que o Brasil vive num clima de completa liberdade devido às iniciativas que continuam impondo a censura aos veículos e profissionais de comunicação como um vício, uma prática herdada do período de exceção.

## REFERÊNCIAS

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação (Mestrado em historia Social). Faculdade de Filosofia , Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em <HTTP://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13/22012-101040/> Acesso em 2014/03/29.

DANTAS, Audálio. **A mídia e o golpe militar**. São Paulo: *Estudos Avançados*, vol. 28, nº 80, Jan./ Abr. 2014, p.59-74. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 04-09-2014.

GOMBATA, Marsílea. ‘Imprensa aceitou a censura’, diz historiadora. In *Carta Capital*, 17/01/2014, disponível em: <HTTP://fndc.org.br/clipping/imprensa-aceitou-a-censura-diz-historiadora-934806/> Acesso em 21/01/2014.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LIMA, Vinício A. *Liberdade de expressão VS. Liberdade de imprensa – Direito à Comunicação e democracia*. São Paulo: Editora Publisher Brasil, 2010.

MARQUES DE MELO, José (Org.). *Síndrome da Mordaça: mídia e censura no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

MATTOS, Sérgio. *O controle dos meios de comunicação*. Salvador: EDUFBA, 1996.

MATTOS, Sérgio. *Mídia Controlada: historia da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005.

- MATTOS, Sérgio. A Censura no Brasil Republicano. In MARQUES DE MELO, José (org.). *Síndrome da Mordação: mídia e censura no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007, pp.51-70.
- MATTOS, Sérgio. Um balanço sobre os mecanismo de censura no Brasil. In: RAMOS, Murilo César & DEL BIANCO, Nélia R. (orgs.), *Estado e Comunicação*, Brasília: UNB e Casa das Musas, 2008, pp. 215-240.
- MATTOS, Sérgio. Contra censura e indenizações, nova regulamentação para mídia. Entrevista concedida a *RuMoRes – Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias*. São Paulo: MidiAto – Grupo de Estudos de Linguagem e Práticas Midiáticas da Escola de Comunicações e Artes da USP; edição nº 9, número 1, ano 5, janeiro-junho de 2011.
- MATTOS, Sérgio. O Jornalismo brasileiro continua sob censura. In COSTA, Cristina (Org.) *Seminários sobre a censura: Núcleo de Pesquisa Em Comunicação e Censura (NPCC/ECA/USP)*. São Paulo: Balão Editorial/Fapesp, 2012, pp. 101-113.
- MATTOS, Sérgio. O crescimento da mídia impressa sob o controle econômico do Estado. In: DOURADO, Jacqueline Lima (org.). *Economia Política do Jornalismo: campo, objeto, convergências e regionalismo*. Teresina: EDUFPI, 2013, pp.91-107.
- ORTEGA, João. Grande Imprensa apoiou golpe militar e a ditadura até 1968, revela pesquisa da FFLCH. Disponível em: <<http://www5.uso.br/17039/grande-imprensa-apoiou-golpe-militar-e-a-ditadura-ate-1968/>> Acesso em 28/03/2014.
- PERREIRA, Camila e BETTI, Renata. Os tiranos da Internet. *Veja*, 01/07/2009, pp.90-92.
- SADER, Emir. A imprensa Brasileira e o golpe de 1964. Disponível em [HTTP://www.brasil247.com/pt/247/artigos/126589/A-imprensa-brasileira-e-o-golpe-de-1964.htm](http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/126589/A-imprensa-brasileira-e-o-golpe-de-1964.htm) Acesso em 28/03/2014.
- SILVA, Juremir Machado da. *1964 – Golpe-Midiático-Civil-Militar*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

